

Prefácio

(Prefácio escrito pelo General Carlos Branco para o livro
O mundo velho está a morrer, o mundo novo ainda não nasceu:

Este é o tempo dos monstros

Apontamentos para tentar compreender a guerra na Ucrânia,

Lisboa, Página a Página, 2022.

Este «caderno de apontamentos» traduz uma reflexão profunda sobre a nova Ordem mundial para que caminhamos e os sobressaltos que a transição de poder em curso provoca. Marcada pelo desafio da Federação da Rússia (Rússia) e da República Popular da China (China) ao projecto hegemónico dos Estados Unidos da América (EUA), a Ordem unipolar que emergiu no fim da guerra-fria tem na guerra na Ucrânia e na crise no Estreito de Taiwan os seus maiores desafios. O mundo que se seguirá será diferente daquele que conhecemos.

Está por saber como se processará essa transição de poder. As indicações que temos não são muito auspiciosas. Washington optou por enfrentar os desafiantes recorrendo a *guerras por procuração*. Num caso à Ucrânia, noutra a Taiwan. Estes «apontamentos» dão nota desses desenvolvimentos de modo extremamente esclarecido e pormenorizado.

O conflito na Ucrânia e os acontecimentos no Estreito de Taiwan estão a representar momentos de viragem. Falamos da repartição de poder pelas grandes potências, que os EUA se recusam a partilhar. É sobre isso que este livro se debruça, centrando-se nos acontecimentos na Ucrânia, desmontando com sagesa os argumentos dos que apresentam a guerra como um confronto das democracias contra os regimes autocráticos ou como o resultado da materialização do sonho expansionista do presidente da Rússia Vladimir Putin e do seu desejo mórbido de pretender reconstituir a União Soviética. Estamos, pois, perante um livro que trata o mundo do pós-guerra fria e analisa uma Ordem a esboroar-se.

Embora um número muito significativo das páginas que se seguem seja dedicado aos acontecimentos na Ucrânia, não foram deixados de lado os factos mais marcantes ocorridos após o colapso da União Soviética, que contribuíram para a afirmação do projeto global da «nação indispensável», como se consideram a si mesmos os EUA, dotada de poderes divinos para definir o rumo da humanidade e dizer aos povos o que

estes devem fazer. Referimo-nos às guerras nos Balcãs, primeiro a acção militar contra os bósnios sérvios, em 1995, e o ataque à Jugoslávia, em 1999, seguidas das guerras no Iraque (2003), na Síria e Líbia, ambas em 2011, todas elas intervenções à margem do Conselho de Segurança.

Neste «exercício de memória», o autor detalha os esforços da Rússia, ao longo das décadas que nos separam da *debacle* no leste europeu, para se construir uma arquitetura de segurança mais inclusiva no Velho Continente, que contemplasse as preocupações da Rússia e incorporasse as suas legítimas preocupações securitárias, nomeadamente a proposta (apresentada em 2008) de um *Tratado Europeu de Segurança*, que integrasse toda a Europa, incluindo a Rússia, numa *comunidade euro-atlântica*. Esses esforços prosseguiram até 2021, praticamente até às vésperas da invasão da Ucrânia. Todas as iniciativas foram em vão.

Uma das primeiras e mais veementes contestações à então emergente «Ordem liberal Internacional» teve lugar na *Conferência de Segurança de Munique*, em 2007, quando Vladimir Putin lembrou o carácter universal e indivisível da segurança («segurança para um é segurança para todos») e chamou a atenção para os aspectos perniciosos de uma Ordem unipolar (um centro de autoridade, um centro de força, um centro de tomada de decisão, etc.). Considerava Putin que o modelo unipolar não era apenas inaceitável, mas também impossível no mundo de então, afirmando que «acções unilaterais eram frequentemente ilegítimas, não resolveram nenhum problema e desdenhavam cada vez mais dos princípios básicos do Direito internacional» e salientando que o uso da força apenas é legítimo se a decisão for tomada pelas Nações Unidas, não podendo esta ser substituída pela NATO ou pela União Europeia.

O discurso de Putin era uma resposta à designada *doutrina Wolfowitz* (1994), que preconizava a concretização desse projecto hegemónico através da afirmação dos EUA como a única superpotência restante, cabendo-lhe um papel de liderança na nova Ordem mundial de então. Os EUA deviam impedir a emergência de polos de poder que pudessem desafiar a hegemonia norte-americana na condução dos desígnios do mundo, nomeadamente a Europa e a Rússia. Propunha-se simultaneamente a implementação de uma política de unilateralismo e preconizava a acção militar preventiva para suprimir as potenciais ameaças causadas por outras nações.

O alargamento da NATO processa-se subordinado a esta lógica, visando cercar a Rússia. Particularmente penoso e inaceitável para Moscovo era a possibilidade de a Ucrânia e a Geórgia, esta última um país do Cáucaso do Sul, virem a engrossar as fileiras

da NATO, desejo esse assinalado na Cimeira da Aliança realizada em Bucareste (2008) e sistematicamente reiterado em posteriores cimeiras, nomeadamente, na de Madrid (2022). O facto de a adesão da Ucrânia à NATO ter sido o principal motivo que levou à guerra não desencorajou a Aliança de colocar o tema na agenda.

Estes «apontamentos» debatem de modo muito sustentado e rigoroso a adesão da Ucrânia à NATO como o *leitmotiv* que conduziu à guerra. Todos sabiam que esse passo seria considerado pela Rússia como uma «ameaça existencial», onde não havia espaço para compromisso. A insistência em trilhar esse caminho iria transformar o território da Ucrânia num campo de batalha. Apesar de instado por Putin, o presidente Joe Biden nunca se comprometeu em não colocar armamento nuclear em território ucraniano.

Na Ucrânia, os EUA voltaram a adoptar a perigosa fórmula de «os inimigos dos meus inimigos são meus amigos», que tantos problemas tem causado, colocando, à frente de tudo, os interesses geoestratégicos, sem questionar princípios éticos e morais, não se coibindo, sempre que conveniente, de se aliarem a organizações terroristas, como aconteceu, por exemplo, no Afeganistão e na Síria, onde mantiveram relações promíscuas com a Al-Qaeda.

No caso da Ucrânia, Washington não teve pejo de se socorrer de grupos ultranacionalistas, xenófobos e neonazis para conseguir os seus intentos geoestratégicos, com o argumento de estar a defender a liberdade e a democracia, mesmo que isso implicasse o derrube de um governo democraticamente eleito recorrendo a um golpe de Estado. Algo que não incomodou a «Europa civilizada» e o «mundo livre», que não pestanejou, apesar de a França, a Alemanha e a Polónia estarem presentes e representadas ao mais alto nível, na assinatura do acordo de 21 de fevereiro de 2014, que dirimiu política e pacificamente as divergências entre o presidente Yanukovitch e a oposição.

O autor aponta de modo esclarecido e detalhado os esforços que alguns têm vindo a fazer para branquear o regime instaurado a seguir ao golpe de Estado de 2014 e o revisionismo histórico a que alguns intelectuais se prestaram. Os acontecimentos ocorridos na Ucrânia depois de 2014 deviam fazer corar de vergonha os seus defensores. Apenas alguns exemplos, entre muitos outros: a reabilitação de Stefan Bandera; a instauração de um feriado nacional na data do seu nascimento; a tortura e a prisão sem culpa formada de oponentes políticos; o treino de militantes da extrema-direita ou a lei de Julho de 2007 sobre os povos indígenas, que defende a pureza racial da nação ucraniana, em nome da superioridade genética dos ucranianos puros sobre os russos, considerados sub-humanos, algo de fazer inveja a Hitler.

Estas opções políticas vieram evidenciar a impreparação das elites, em particular das europeias, para enfrentar os enormes desafios colectivos com que as nossas sociedades estão a ser confrontadas. O maior flagrante prende-se com o modo insensato e imprudente como estão a lidar com as sanções impostas à Rússia e o efeito de bumerangue causado nas suas economias, conduzindo-as para o precipício.

Este livro tem o mérito de nos confrontar com as múltiplas dimensões da guerra na Ucrânia, não se esquecendo de reflectir com muita acuidade, recorrendo sempre a factos, sobre a importância que o domínio comunicacional tem tido, como a Comunicação Estratégica e as operações de informações e psicológicas têm contribuído para criarem uma névoa informacional perigosa, incompatível com os princípios das sociedades democráticas, e que moldam as percepções e os comportamentos das audiências.

Na ampla abordagem que este livro nos proporciona, somos chamados à atenção para os danos causados à Europa pela guerra na Ucrânia e para o esboroamento da tentativa ilusória de levar por diante um projecto autonómico europeu e da sua afirmação como um polo de poder geoestratégico, que optou pela subserviência aos interesses de Washington. Igualmente importante neste trabalho foi a atenção dada à multipolaridade emergente, através da crescente importância de arranjos e fóruns multilaterais de cooperação, alternativos aos existentes, liderados pelo ocidente, e que se vão progressivamente consolidando e afirmando internacionalmente, como é o caso dos BRICS.

Nesta reflexão profunda sobre a nova Ordem para que caminhamos, o Professor António Avelãs Nunes teve o cuidado de sublinhar que não se revê nas políticas do governo de Vladimir Putin. Que está «com os muitos que, insuspeitos de *putinismo*, vêm mostrando que o drama que se desenrola à nossa volta não é um filme de *cowboys*, em que os *brancos bons* se opõem aos *índios maus*. Putin pode não ser flor que se cheire, mas não é o *índio mau* desta história, culpado, enquanto ‘índio’, de todos os males do mundo», sublinhando que «gostaria que esta guerra não tivesse acontecido acreditando que poderia ter sido evitada, se Washington não quisesse que ela tivesse ocorrido.» Apesar do plano inclinado em que caminhamos, a adesão da Ucrânia à NATO continua na agenda e a discussão sobre o seu estatuto de neutralidade estratégica evaporou-se.

Caxias, Agosto de 2022
Carlos Branco

